Direitos Humanos, Medidas Coercitivas Unilaterais e Governança Digital

Derechos humanos, medidas coercitivas unilaterales y gobernanza digital

Human Rights, Unilateral Coercive Measures, and Digital Governance

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: O presente informe analisa o relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre as repercussões negativas das medidas coercitivas unilaterais no gozo dos direitos humanos, Zaina Jallad, bem como o relatório de missão oficial a Cuba elaborado por Alena Douhan e os comentários apresentados pelo Estado cubano. O documento examina a evolução do mandato, os impactos das sanções unilaterais sobre direitos econômicos, sociais e culturais, os efeitos da regulação excessiva (*overcompliance*), as repercussões extraterritoriais e os principais resultados da visita a Cuba. São igualmente apresentadas informações referentes à posição do Estado cubano acerca dos efeitos econômicos e sociais do bloqueio. Ao final, inclui-se nota informativa sobre manifestação de especialistas independentes das Nações Unidas relativa à atuação da empresa Meta durante o processo eleitoral brasileiro de 2026.

Palavras-chave: medidas coercitivas unilaterais; Cuba; direitos humanos; ONU.

Resumen: *El presente informe analiza el informe de la Relatora Especial de las Naciones Unidas sobre las repercusiones negativas de las medidas coercitivas unilaterales en el disfrute de los derechos humanos, Zaina Jallad, así como el informe de misión oficial a Cuba elaborado por Alena Douhan y los comentarios presentados por el Estado cubano. Se examinan los impactos de las sanciones unilaterales sobre los derechos humanos, los efectos de la regulación excesiva (overcompliance), las consecuencias extraterritoriales y los hallazgos de la visita a Cuba. Asimismo, se presenta una nota relativa a la manifestación de expertos independientes de las Naciones Unidas sobre la actuación de Meta durante el proceso electoral brasileño de 2026.*

Palabras clave: *medidas coercitivas unilaterales; Cuba; derechos humanos; Naciones Unidas.*

Abstract: *This report examines the report of the United Nations Special Rapporteur on the negative impact of unilateral coercive measures on the enjoyment of human rights, Zaina Jallad, together with the official mission report to Cuba prepared by Alena Douhan and the comments submitted by the Cuban State. The document reviews the impact of unilateral sanctions on human rights, the effects of overcompliance, extraterritorial consequences and the findings of the mission to Cuba. It also includes a note on concerns raised by independent United Nations experts regarding the conduct of Meta during Brazil's 2026 electoral process.*

Keywords: *unilateral coercive measures; Cuba; human rights; United Nations.*

Introdução

As medidas coercitivas unilaterais constituem um tema de extrema relevância nas atuais discussões sobre direitos humanos, desenvolvimento e relações internacionais. O mandato de Relator/a Especial sobre as repercussões negativas dessas medidas foi criado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas com o objetivo de examinar os efeitos das sanções unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos e formular recomendações destinadas a prevenir ou mitigar impactos adversos.

O relatório apresentado por Zaina Jallad à 63ª sessão ordinária do Conselho oferece um balanço abrangente dos onze anos de atuação do mandato e aponta desafios emergentes relacionados à expansão dos regimes de sanções contemporâneos.

Segundo a Relatora Especial, o mandato concentra-se fundamentalmente nos impactos das medidas sobre populações civis. Em uma das passagens centrais do relatório, afirma-se que:

> *O mandato trata, em essência, dos direitos das pessoas comuns, incluindo aquelas que não detêm poder político e não têm responsabilidade pela conduta de seus governos, e que não devem ser obrigadas a arcar com o custo humano dos conflitos entre Estados.*

A partir dessa perspectiva, o relatório examina os efeitos das medidas coercitivas sobre populações vulneráveis, sistemas econômicos nacionais, instituições públicas e mecanismos internacionais de cooperação, bem como sobre atividades humanitárias e de desenvolvimento.

Evolução das Medidas Coercitivas Unilaterais e do Mandato da Relatoria Especial

O relatório observa uma expansão expressiva do uso de medidas coercitivas unilaterais ao longo das últimas décadas. Conforme os dados compilados pela Relatoria, a parcela da economia mundial sujeita a sanções passou de aproximadamente 5,4% nos anos 1960 para 24,7% entre 2010 e 2022. Essa evolução é apresentada como um dos principais elementos explicativos da crescente relevância do tema no sistema internacional de direitos humanos.

O documento enfatiza que as consequências das sanções extrapolam os textos normativos que as instituem. Segundo a Relatora, muitos dos efeitos observados decorrem da reação de instituições financeiras, seguradoras, empresas de transporte, fornecedores e plataformas digitais. Nesse sentido, o relatório destaca:

> *A regulação excessiva ocupa um lugar central nessa análise. O dano descrito no presente relatório se manifesta menos por meio do texto formal das medidas do que por meio das decisões de instituições financeiras, seguradoras, fornecedores e plataformas que vão além do que as medidas exigem.*

A Relatoria argumenta que essa dinâmica contribui para ampliar significativamente o alcance prático das medidas coercitivas, produzindo efeitos em setores e territórios não necessariamente abrangidos pelos regimes sancionatórios formais.

O documento também cita estudos acadêmicos recentes que associam sanções econômicas internacionais ao agravamento de indicadores sociais e de saúde pública, incluindo mortalidade infantil, mortalidade materna e acesso a serviços essenciais.

Direitos Humanos, Desenvolvimento e Regulação Excessiva (*Overcompliance*)

Um dos aspectos centrais do relatório refere-se ao fenômeno da regulação excessiva (*overcompliance,* termo denominado em inglês). A Relatoria descreve esse processo como a adoção de medidas de cautela por agentes privados que excedem as exigências legalmente previstas. Tal comportamento manifesta-se por meio do encerramento preventivo de contas bancárias, recusa de transações financeiras, bloqueio de pagamentos internacionais, limitações de seguros, interrupção de serviços digitais e recusa de fornecimento de bens e serviços.

Segundo o relatório, mesmo operações autorizadas por exceções humanitárias frequentemente enfrentam obstáculos significativos na prática. Organizações humanitárias e agências internacionais relatam dificuldades para realizar transferências bancárias, adquirir equipamentos médicos ou transportar bens essenciais para populações afetadas.

A Relatoria conclui que tais práticas repercutem diretamente sobre direitos como saúde, alimentação, educação, trabalho, proteção social e desenvolvimento. Além disso, os efeitos são frequentemente sentidos com maior intensidade por grupos vulneráveis, incluindo crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, refugiados, migrantes e populações em situação de pobreza.

A Missão Oficial da Relatora Especial a Cuba (Relatório A/HRC/63/29/Add.1)

Entre 11 e 21 de novembro de 2025, a então Relatora Especial Alena Douhan realizou missão oficial a Cuba para avaliar os impactos das medidas coercitivas unilaterais sobre os direitos humanos. Durante a visita, foram realizadas reuniões com autoridades nacionais, representantes de organismos internacionais, entidades da sociedade civil, universidades, profissionais de saúde e representantes do setor privado.

O relatório contextualiza historicamente as sanções impostas pelos Estados Unidos a Cuba desde a década de 1960 e examina os efeitos associados à sua implementação e reforço. A Relatora conclui que os impactos não decorrem apenas das medidas formalmente aplicadas, mas também dos mecanismos destinados à sua execução e das práticas de regulação excessivas adotadas por agentes privados. Nesse sentido, o relatório afirma:

> *As sanções unilaterais primárias e os meios empregados para garantir sua aplicação, as políticas de redução de risco e o excesso de rigor na aplicação dessas sanções agravaram consideravelmente a situação humanitária em Cuba.*

O documento registra impactos em diferentes setores da vida econômica e social cubana, incluindo saúde, alimentação, agricultura, energia, telecomunicações, educação, ciência e infraestrutura.

Alimentação, Saúde e Condições de Vida

A missão da Relatora identificou dificuldades relacionadas à importação de alimentos, fertilizantes, insumos agrícolas e medicamentos. Segundo as informações reunidas durante a visita, entre 70% e 80% dos alimentos consumidos em Cuba dependem de importações, circunstância que torna o país particularmente vulnerável a restrições financeiras e comerciais internacionais.

De acordo com o relatório, os efeitos observados alcançam dimensões amplas da vida cotidiana:

> *As medidas acima mencionadas impediram que Cuba dispusesse dos recursos necessários para desenvolver e manter infraestruturas essenciais (...) Elas afetaram o direito à alimentação, o direito de não viver na pobreza, o direito a uma vida digna e o direito à saúde.*

Na área da saúde, foram registradas dificuldades relacionadas à aquisição de equipamentos médicos, reagentes laboratoriais, tecnologias hospitalares e peças para manutenção de equipamentos. O relatório menciona ainda aproximadamente 96 mil pacientes à espera de cirurgias, incluindo cerca de 11 mil crianças.

A Relatora também observou limitações na efetividade das isenções humanitárias existentes, registrando que são ineficazes e insuficientes, sujeitas a procedimentos demorados e onerosos.

Educação, Ciência, Tecnologia e Infraestrutura

O relatório da missão a Cuba dedica atenção aos impactos das medidas coercitivas sobre o sistema educacional e científico ao registrar dificuldades relacionadas ao acesso a plataformas digitais, softwares especializados, equipamentos laboratoriais e redes internacionais de pesquisa. O documento menciona restrições de acesso a centenas de páginas eletrônicas e ferramentas digitais utilizadas por pesquisadores e estudantes.

No setor da infraestrutura, destacam-se problemas relacionados ao abastecimento energético, ao transporte, às telecomunicações e aos sistemas de abastecimento de água. Segundo o relatório, as restrições financeiras e comerciais afetam a aquisição de peças de reposição, combustíveis e equipamentos necessários para manutenção de serviços públicos essenciais.

Comentários do Estado Cubano ao Relatório da Missão a Cuba (Relatório A/HRC/63/29/Add.2)

Os comentários apresentados pelo Estado cubano ao relatório de missão da então Relatora Especial Alena Douhan constituem um extenso documento de resposta institucional que busca complementar e atualizar as informações fornecidas durante a visita oficial ao país. O texto procura demonstrar, a partir de dados produzidos por órgãos governamentais cubanos, a magnitude dos impactos econômicos, sociais e humanitários atribuídos ao embargo e às demais medidas restritivas aplicadas pelos Estados Unidos. O documento sustenta que a ampliação das medidas coercitivas e a manutenção de Cuba na lista estadunidense de países supostamente patrocinadores do terrorismo produziram efeitos acumulativos sobre praticamente todos os setores da economia nacional.

Quadro: Reprodução de comentários do Estado Cubano.

O bloqueio em dados

8 minutos de bloqueio representam o custo anual do financiamento para a educação especial de crianças e jovens com deficiência auditiva (129.500 dólares).

13 minutos de bloqueio equivalem ao custo dos recursos necessários para meninas e meninos com deficiência visual no país (203.970 dólares).

16 minutos de bloqueio equivalem ao custo de aquisição do medicamento Nusinersen para o tratamento anual da atrofia espinhal infantil (250.000 dólares)

46 minutos de bloqueio representam o custo da importação, de mercados mais distantes, de peças para a reparação ou reposição de equipamentos de bombeamento de água (714.400 dólares).

3 horas de bloqueio equivalem ao financiamento necessário para o tratamento de infertilidade no exterior de 109 casais (2.900.000 dólares)

3 dias de bloqueio equivalem ao financiamento necessário para a modernização tecnológica do sistema bancário cubano (65.000.000 de dólares)

4 dias de bloqueio equivalem ao custo da importação de todos os combustíveis necessários para atender à demanda da economia do país (78.510.000 dólares)

Fonte: Relatório A/HRC/63/29/Add.2

Segundo o governo cubano, o período compreendido entre março de 2025 e fevereiro de 2026 teria registrado o maior volume anual de perdas econômicas já contabilizado pelo país em decorrência das medidas restritivas. Nesse contexto, o documento afirma que o valor total dos prejuízos causados a Cuba pelo bloqueio no período de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026 atingiu a cifra recorde de mais de oito bilhões de dólares.

Os comentários apresentados ao Conselho de Direitos Humanos indicam que os danos acumulados ao longo de mais de seis décadas teriam alcançado aproximadamente 178,7 bilhões de dólares em valores correntes. O documento acrescenta que, quando calculados considerando a desvalorização do dólar frente ao valor do ouro, os prejuízos seriam significativamente superiores.

No plano macroeconômico, o governo sustenta que as restrições têm efeitos diretos sobre crescimento econômico, investimento externo, produtividade e geração de receitas públicas. Os comentários afirmam que se não houvesse o bloqueio, o PIB de Cuba a preços correntes em 2025 teria sido 10,8% superior ao valor estimado para esse ano.

Os comentários também argumentam que as limitações ao acesso ao sistema financeiro internacional produziram dificuldades para obtenção de créditos, realização de pagamentos internacionais, contratação de seguros e execução de operações comerciais regulares. O documento descreve situações em que instituições bancárias estrangeiras teriam recusado transações envolvendo entidades cubanas ou parceiros comerciais do país, mesmo quando tais operações se relacionavam a atividades autorizadas pelo direito internacional ou por ações humanitárias.

Setor da Saúde

A área da saúde ocupa posição central nos comentários do Estado cubano ao afirmar que as restrições financeiras e comerciais afetam a aquisição de medicamentos, reagentes laboratoriais, equipamentos médicos, peças de reposição, dispositivos hospitalares e tecnologias especializadas. Segundo o governo, muitos fabricantes internacionais evitariam realizar operações comerciais com Cuba em razão das sanções ou dos riscos associados às chamadas sanções secundárias.

O Estado cubano argumenta que tais obstáculos teriam repercussões diretas sobre a prestação de serviços de saúde à população. Os comentários mencionam dificuldades no

tratamento de doenças cardiovasculares, enfermidades oncológicas, diabetes, doenças raras e outras condições que dependem de medicamentos ou equipamentos de alta complexidade produzidos por empresas estrangeiras.

Entre os dados apresentados, destaca-se a referência à evolução da mortalidade infantil que passou de 4 por mil nascidos vivos em 2018 para 9,9 em 2025, o que representa um aumento de 148%, relacionando esse aumento a dificuldades estruturais enfrentadas pelo setor de saúde, especialmente à disponibilidade de insumos médicos e tecnologias especializadas.

Segurança Alimentar e Agricultura

O documento afirma que a agricultura cubana enfrenta limitações significativas decorrentes das dificuldades para importar fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas, equipamentos e combustível. Segundo o governo, tais restrições afetam a produção doméstica de alimentos e ampliam a dependência de importações.

Os comentários enfatizam que os custos de aquisição de alimentos no mercado internacional aumentam devido às barreiras comerciais e financeiras enfrentadas pelo país. O governo sustenta que a necessidade de recorrer a fornecedores mais distantes, intermediários adicionais e mecanismos alternativos de pagamento eleva significativamente os custos de importação e compromete a segurança alimentar nacional.

Energia e Infraestrutura

Outro tema amplamente desenvolvido refere-se ao setor energético que atribui às restrições econômicas parte das dificuldades enfrentadas para aquisição de combustíveis, equipamentos, geradores, transformadores e peças necessárias para manutenção da infraestrutura elétrica nacional.

Segundo os comentários apresentados, as limitações nas importações de combustíveis e equipamentos contribuíram para interrupções frequentes no fornecimento de energia elétrica e dificultaram investimentos destinados à modernização do sistema energético. O documento descreve ainda impactos associados ao abastecimento de água, ao transporte público, às telecomunicações e aos programas de reconstrução posteriores à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Transporte, Comércio e Sistema Financeiro

O Estado cubano dedica parte significativa de sua resposta aos impactos observados nos setores de transporte e comércio exterior. O documento afirma que diversas empresas marítimas evitam operar em portos cubanos por receio de sanções ou restrições posteriores em suas atividades comerciais nos Estados Unidos. Situação semelhante seria observada no setor aéreo e em serviços logísticos internacionais.

Os comentários também registram dificuldades persistentes para abertura de contas bancárias, processamento de pagamentos internacionais e contratação de serviços financeiros. Segundo o governo, tais obstáculos afetam importações, exportações, remessas familiares, investimentos estrangeiros e operações comerciais realizadas por empresas estatais e privadas.

Ciência, Educação e Tecnologia

O documento dedica atenção específica aos efeitos sobre ciência, educação e inovação ao afirmar que universidades, centros de pesquisa e instituições científicas enfrentam restrições para adquirir equipamentos laboratoriais, softwares especializados, publicações científicas e serviços digitais internacionalmente utilizados na pesquisa acadêmica.

Os comentários também mencionam dificuldades na participação de pesquisadores cubanos em projetos de cooperação internacional, na contratação de serviços tecnológicos e no acesso a plataformas digitais utilizadas em atividades científicas e educacionais. Tais limitações são apresentadas como fatores que afetam a capacidade nacional de inovação e desenvolvimento tecnológico.

Turismo e Desenvolvimento Econômico

O setor turístico é identificado pelo governo cubano como uma das áreas mais afetadas tendo em vista que restrições impostas a viagens, transações financeiras e operações empresariais teriam reduzido receitas ligadas ao turismo internacional. O documento associa essa situação à diminuição do ingresso de divisas, elemento considerado relevante para financiamento de programas sociais e importação de bens essenciais.

Efeitos interdependentes das medidas coercitivas unilaterais

A resposta estatal argumenta que os impactos sobre turismo, energia, comércio exterior, agricultura, saúde e sistema financeiro produzem efeitos interdependentes, ampliando as dificuldades de recuperação econômica e restringindo a capacidade do Estado de implementar políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Os comentários do Estado cubano podem ser considerados um complemento ao relatório de missão da Relatora Especial pois apresentam dados adicionais, indicadores econômicos e informações produzidas por instituições nacionais para sustentar a avaliação de que as medidas coercitivas unilaterais produzem consequências amplas sobre direitos econômicos, sociais e culturais.

Dessa forma, o documento com os comentários estatais de Cuba busca demonstrar que os impactos das medidas restritivas não somente se limitam às relações comerciais internacionais, mas também alcançando áreas como saúde pública, alimentação, educação, ciência, energia, infraestrutura, desenvolvimento econômico e funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Nota Informativa: Especialistas da ONU, Meta e as Eleições Brasileiras de 2026

Em 21 de outubro de 2026, especialistas independentes vinculados aos Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas publicaram comunicado expressando preocupação diante de alegações de restrições à expressão política em plataformas da Meta durante o processo eleitoral brasileiro. Segundo os especialistas, observadores internacionais relataram interrupções temporárias de contas de campanha, diferenças de alcance entre conteúdos políticos, alterações em recomendações algorítmicas, limitações impostas a publicações no Instagram, diferenças em resultados de busca de canais do WhatsApp e variações na geração de imagens por sistemas de inteligência artificial.

O comunicado afirma que as plataformas on-line são atores fundamentais no debate democrático. Impedir que as pessoas se manifestem ou alcancem públicos sem uma justificativa afeta quem é ouvido.

Os especialistas registraram preocupação com possíveis impactos sobre a liberdade de expressão, a liberdade de associação, a participação política e a igualdade de tratamento entre diferentes perspectivas políticas. O documento menciona que relatórios de monitoramento registraram milhares de contas e publicações sujeitas a suspensão, redução de visibilidade e limitação de compartilhamento, incluindo perfis de jornalistas, defensores de direitos humanos, organizações da sociedade civil e criadores de conteúdo.

O comunicado acrescenta que relatórios de monitoramento mostram que milhares de contas e publicações sofreram suspensões, redução da visibilidade e limites de compartilhamento, incluindo jornalistas, defensores dos direitos humanos, atores da sociedade civil e criadores de conteúdo.

Segundo os especialistas, informações provenientes de sistemas de monitoramento independentes e de funcionários da própria empresa indicariam que contas associadas a um dos lados da disputa presidencial poderiam ter sido afetadas de maneira desproporcional. O comunicado observa que decisões algorítmicas e sistemas de moderação de conteúdo possuem potencial para influenciar significativamente o alcance das manifestações políticas em ambientes digitais.

Em outro trecho, os especialistas afirmam que “Perder alcance pode significar perder voz no debate público e a capacidade de mobilizar comunidades.”

A manifestação registra ainda que uma decisão da Justiça Eleitoral brasileira determinou que a empresa Meta aplicasse critérios equivalentes entre os candidatos participantes do segundo turno quanto a alcance, recomendações algorítmicas e resultados de busca.

Os especialistas concluíram que empresas de tecnologia devem agir em conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, garantindo transparência, mecanismos efetivos de reparação e tratamento equitativo de conteúdos políticos. O comunicado finaliza observando que: “A liberdade de expressão e a integridade da informação devem, portanto, andar de mãos dadas.”

Considerações Finais

Os documentos analisados evidenciam a continuidade do debate internacional acerca dos impactos das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos. O relatório de Zaina Jallad apresenta um balanço dos onze anos de atuação do mandato e enfatiza os efeitos da regulação excessiva, das restrições financeiras e das consequências indiretas produzidas por agentes privados.

A missão de Alena Douhan a Cuba registra informações relativas aos impactos das sanções sobre alimentação, saúde, educação, ciência, energia e infraestrutura, enquanto os comentários apresentados pelo Estado cubano expõem dados oficiais sobre perdas econômicas e repercussões sociais atribuídas ao bloqueio.

Por sua vez, a manifestação dos especialistas independentes acerca das eleições brasileiras de 2026 amplia o debate para o campo da governança digital, destacando questões

relacionadas à moderação de conteúdo, transparência algorítmica, liberdade de expressão e integridade dos processos democráticos em plataformas digitais.

Referências

NAÇÕES UNIDAS*. A/HRC/63/29. Report of the Special Rapporteur on the negative impact of unilateral coercive measures on the enjoyment of human rights, Zaina Jallad.* Genebra: Conselho de Direitos Humanos, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/es/A/HRC/63/29. Acesso em 23 out.2026.

NAÇÕES UNIDAS. *A/HRC/63/29/Add.1. Visit to Cuba: Report of the Special Rapporteur on the negative impact of unilateral coercive measures on the enjoyment of human rights, Alena Douhan*. Genebra: Conselho de Direitos Humanos, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/es/A/HRC/63/29/Add.1. Acesso em 23 out.2026.

NAÇÕES UNIDAS. *A/HRC/63/29/Add.2. Comments by Cuba on the report of the Special Rapporteur*. Genebra: Conselho de Direitos Humanos, 2026. Disponível em https://docs.un.org/es/A/HRC/63/29/Add.2. Acesso em 23 out.2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *META must protect political expression and guarantee effective remedy during Brazil elections: UN experts*. Genebra, 21 out. 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/10/meta-must-protect-political-expression-and-guarantee-effective-remedy-during. Acesso em: 24 out. 2026.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Brazil Country Page.* Genebra: OHCHR, 2026. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/countries/brazil. Acesso em: 24 out. 2026.